

*LEGAL RESPONSIBILITY FOR THE USE OF PESTICIDES IN BRAZIL*Larissa Camapum de Souza¹

Resumo: A proposta do presente trabalho ocupa-se de analisar o ordenamento jurídico brasileiro quanto à previsão de responsabilidades advindas do uso de agrotóxicos. A pesquisa parte preponderantemente da Lei de Agrotóxicos, portanto, a perspectiva de análise é a dogmática jurídica. As responsabilidades administrativa, penal e civil são brevemente diferenciadas e individualmente analisadas, sendo que primeiramente aborda-se de forma bastante resumida aspectos gerais da teoria da responsabilidade pertinente a cada uma delas e, em seguida, como são estabelecidas à luz da legislação de agrotóxicos. Apesar de não ter como função o impedimento dos danos, uma vez que a análise dogmática é reconhecidamente limitada, a responsabilização do agente causador ao menos contribui para a reparação da vítima e da coletividade, sendo citados alguns exemplos práticos nesse sentido.

Palavras-chave: Agrotóxicos. Responsabilidade jurídica. Responsabilidade administrativa. Responsabilidade penal. Responsabilidade civil.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the Brazilian legal on responsibilities for the use of pesticides. The research comes mainly from the Pesticides Law, therefore, the perspective of analysis is legal dogmatics. The administrative, criminal and civil responsibilities are briefly differentiated and individually analyzed. Firstly, a very brief summary is given of general aspects of the theory of responsibility pertinent to each one, and then, how they appear in the pesticide's legislation. Although it does not have the function of preventing damages, because the dogmatic analysis is admittedly limited, the responsibility of the causative agent at least contributes to the reparation of the victim and the community with some practical examples being cited in the text.

Keywords: Pesticides. Legal responsibility. Administrative responsibility. Criminal responsibility. Civil responsibility.

1. INTRODUÇÃO

¹ Mestra em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás. Advogada.

A problemática das externalidades negativas do uso de agrotóxicos começou a ser denunciada ainda na década de 1960 no mundo, sobretudo com os estudos da bióloga americana Rachel Carson (1962) e a partir da publicação da obra “Primavera Silenciosa”.

O esclarecimento público sobre os riscos desses produtos ocorre, todavia, de maneira lenta e gradual, haja vista que o que ainda prepondera é o discurso tecnicista, que traz como imprescindível a utilização desses compostos para garantia da produção agrícola e do direito à alimentação.

Apesar disso, a grande potencialidade lesiva desses compostos é fato incontroverso diante das inúmeras pesquisas científicas sobre o tema realizadas nas últimas décadas, de modo que o estudo da responsabilidade emerge como assunto de especial relevância a fim de que os causadores dos danos sujeitem-se aos deveres de restauração, recuperação e reabilitação em favor dos ambientes e pessoas vitimados (VAZ, 2006, p. 131).

O presente trabalho cuida de analisar, com base no ordenamento jurídico brasileiro existente, como são apuradas as diferentes responsabilidades decorrentes do uso de agrotóxicos, tendo em conta toda a cadeia de comercialização e utilização dos agrotóxicos no país, marcada pela pluralidade de atividades, deveres legais e sujeitos envolvidos.

Para isso, parte-se da Lei de Agrotóxicos a fim de verificar como a legislação específica traz o assunto e, em seguida, estuda-se cada uma das responsabilidades administrativa, penal e civil possíveis no âmbito de utilização de agrotóxicos.

A pesquisa tem por base uma perspectiva pautada na dogmática jurídica, portanto, analisa-se o problema para o Direito e tendo por base o próprio Direito, sendo reconhecidas as limitações dessa ótica, uma vez que incapaz de propor soluções para extirpar os danos advindos do uso de agrotóxicos, já que esses compostos continuam autorizados no país.

Apesar disso, o estudo intenta contribuir para que sejam trazidos à visibilidade danos e responsabilidades que ainda tendem a permanecer invisíveis e, assim, não extinguir, mas minimizar o problema, sendo citados, ao final, alguns exemplos de aplicação prática da responsabilização civil.

2. DA RESPONSABILIDADE JURÍDICA

A Lei de Agrotóxicos (lei nº 7.802 de 1989) e seus regulamentos trouxeram dispositivos que regulam “a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação [...]” dos agrotóxicos e afins no país, de modo que desde a inserção no mercado consumidor, que exige o registro, até o descarte das embalagens depois de utilizadas há a incidência de dispositivos que determinam como deve ser feita cada etapa.

Além da previsão de deveres, a Lei de Agrotóxicos trouxe, de forma inovadora e expressa, à luz da preocupação com externalidades negativas provenientes da utilização dessas substâncias, a possibilidade de responsabilização nas esferas administrativas, civis e penais dos sujeitos que causarem danos à saúde e ao meio ambiente.

O tema vem tratado de forma genérica no artigo 14 e seguintes da Lei nº 7.802 de 1989 (redação semelhante no art. 84 do Decreto nº 4.074 de 2002), que dispõe:

Art. 14. As responsabilidades administrativa, civil e penal pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, quando a produção, comercialização, utilização, transporte e destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, não cumprirem o disposto na legislação pertinente, cabem: (Redação dada pela Lei nº 9.974, de 2000)

- a) ao profissional, quando comprovada receita errada, displicente ou indevida;
- b) ao usuário ou ao prestador de serviços, quando proceder em desacordo com o receituário ou as recomendações do fabricante e órgãos registrantes e sanitário-ambientais; (Redação dada pela Lei nº 9.974, de 2000)
- c) ao comerciante, quando efetuar venda sem o respectivo receituário ou em desacordo com a receita ou recomendações do fabricante e órgãos registrantes e sanitário-ambientais; (Redação dada pela Lei nº 9.974, de 2000)
- d) ao registrante que, por dolo ou por culpa, omitir informações ou fornecer informações incorretas;
- e) ao produtor, quando produzir mercadorias em desacordo com as especificações constantes do registro do produto, do rótulo, da bula, do folheto e da propaganda, ou não der destinação às embalagens vazias em conformidade com a legislação pertinente; (Redação dada pela Lei nº 9.974, de 2000)
- f) ao empregador, quando não fornecer e não fazer manutenção dos equipamentos adequados à proteção da saúde dos trabalhadores ou dos equipamentos na produção, distribuição e aplicação dos produtos.

Da leitura do artigo, verifica-se que a Lei de Agrotóxicos trouxe a possibilidade de uma tríplice imputação de responsabilidade do agente causador do dano (seja ele qualquer um dos apontados), inclusive cumulativa, nas diferentes esferas de responsabilidade jurídica.

Tendo em vista que não é objeto do presente trabalho estudar a fundo o instituto da responsabilidade em sentido amplo no ordenamento jurídico brasileiro, apontam-se alguns

traços caracterizadores desse conceito apenas para que possa ser entendida no contexto de agrotóxicos.

Ensina Rui Stoco (1999, p. 59) que a ideia de responsabilidade pode ser retomada da origem latina da palavra *respondere*, a qual significa responder a alguma coisa, é dizer, acontecidos atos danosos surge a necessidade de responsabilizar alguém por eles.

Segundo José de Aguiar Dias (2006, p. 3), não é fácil a conceitualização de “responsabilidade”, já que todas as manifestações de atividades humanas estão afetas ao problema da responsabilidade. Apesar disso, como ponto de partida, ele traz que responsabilidade e termos correlatos incutem a noção de contraprestação ou correspondência de repercussão obrigacional de determinada ação do homem. Desse modo, como são inúmeras as possibilidades de repercussões das atividades humanas, variadas também são as espécies de responsabilidade conforme diferentes campos: moral, jurídico, direito público ou privado (DIAS, 2006, p. 4).

Apesar de não haver uma separação completamente definida entre responsabilidade moral e jurídica, podendo haver a realização de infração que atinja normas de caráter moral, religiosa, costumeira ou legal, Dias (2006, p. 7) aponta que “[...] é evidente que o domínio da moral é muito mais amplo que o do direito, a este escapando muitos problemas subordinados àquele, porque a finalidade da regra jurídica se esgota com manter a paz social, e esta só é atingida quando a violação se traduz em prejuízo” e destaca que só há que se falar em responsabilidade jurídica quando há um prejuízo.

José Cretella Jr. (1980, p. 7) aponta que a responsabilidade jurídica se caracteriza pelo transporte da noção de responsabilidade para o direito, em que a ação de determinado sujeito (público ou privado) que contrariar norma objetiva obrigará o infrator a responder por meio de sua pessoa ou de bens.

A responsabilidade jurídica é tradicionalmente dividida em civil e penal, aparecendo a administrativa como desmembramento da penal, sendo que variados autores tentam diferenciar cada uma delas, sobretudo as duas primeiras (CHAMONE, 2008).

Concorda-se com José de Aguiar Dias (2006, p. 11-12), que refuta a diferenciação dessas esferas com base na repercussão social ou individual do dano, as quais são comumente relacionadas, respectivamente, à responsabilidade penal e civil. O autor defende que, considerando que o homem é parte da sociedade, não podendo ser dela isolado, qualquer dano a ele infligido também repercutirá na sociedade, de modo que o prejuízo ao

particular afeta o equilíbrio social. O autor denomina isso de repercussão social, que corresponde à consequência, ao reflexo, na coletividade, de dano (qualquer que seja ele) gerado a qualquer de seus membros componentes (DIAS, 2006, p. 12).

Tal consideração tem especial relevância no presente trabalho, uma vez que este cuida de analisar a responsabilidade em um contexto de uso de agrotóxicos, os quais correspondem a substâncias com variados, extensos e permanentes efeitos no meio ambiente e na saúde, de forma que inegável que a sociedade como um todo, ainda que em alguns casos indiretamente, também figura como vítima dos danos suportados pelo uso dessas substâncias. Isso sem contar outros tipos de danos, como os sociais e culturais que também decorrem da adoção desses compostos como parte integrante do pacote tecnológico.

A diferenciação com base na amplitude da repercussão do dano também se mostra superada com o reconhecimento da existência de danos civis difusos e coletivos, tal como ocorre na responsabilidade ambiental.

Nesse diapasão, segundo Dias (2006, p. 12), os fundamentos das responsabilidades jurídicas são praticamente os mesmos, sendo que o que as diferencia são as condições para que seja aplicada uma ou outra maneira de reparação social, se punição ou reparação. Assim explica:

Assim, certos fatos põem em ação somente o mecanismo recuperatório da responsabilidade civil; outros movimentam tão-somente o sistema repressivo ou preventivo da responsabilidade civil e a penal, pelo fato de apresentarem, em relação a ambos os campos, incidência equivalente, conforme os diferentes critérios sob que entram em função os órgãos encarregados de fazer valer a norma respectiva. [...]. Tratando-se de pena, atende-se ao princípio *nulla poena sin lege*, diante da qual só exsurge a responsabilidade penal em sendo violada a norma compendiada na lei; enquanto que a responsabilidade civil emerge do simples fato do prejuízo, que viola também o equilíbrio social, mas que não exige as mesmas medidas no sentido de restabelecê-lo, mesmo porque é outra a forma de consegui-lo. A reparação civil reintegra, realmente, o prejudicado na situação patrimonial anterior (pelo menos tanto quanto possível, dada a falibilidade da avaliação); a sanção penal não oferece nenhuma possibilidade de recuperação ao prejudicado; sua finalidade é restituir a ordem social ao estado anterior à turbação. (DIAS, 2006, p. 12-13).

Da leitura do trecho, observa-se que o autor diferencia as esferas de responsabilidade jurídica não com base no bem jurídico tutelado, eis que todas as esferas podem tutelar o mesmo bem, e nem de acordo com a amplitude da repercussão do dano (coletivo ou

individual), mas sim conforme o tipo de reparação cabível e prevista no ordenamento – o que o ordenamento exige para que isso ocorra e como ocorre.

Nessa perspectiva, Sérgio Cavalieri Filho (2007, p. 14) dispõe que a separação entre as ilicitudes civis e penais ocorre conforme critérios de conveniência e oportunidade, de acordo com interesses da sociedade e do Estado, sendo, portanto, variáveis no tempo e espaço. A reparação dos danos nas diferentes esferas ocorre de acordo com razões de política criminal, de modo que ao direito penal são atribuídos os ilícitos de maior gravidade objetiva e que atingem mais diretamente o interesse público.

No que tange à diferenciação entre a responsabilidade administrativa e a penal, ambas ensejadoras de atos punitivos pelo Estado, Hely Lopes Meirelles (2004, p. 193-194) pontua que a primeira se caracteriza como medida de autotutela da Administração que compete a todos os órgãos da administração, já a segunda é medida de defesa social que só pode ser aplicada pela Justiça Penal do Poder Judiciário.

Estabelecidas breves diferenciações sobre cada uma das responsabilidades, passa-se a analisar cada uma delas sob a ótica da responsabilização prevista na legislação sobre agrotóxicos em casos de danos à saúde e meio ambiente.

3. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E LEI DE AGROTÓXICOS

Nos dizeres de Hely Lopes Meirelles (2004, p. 238), “Responsabilidade administrativa é aquela que resulta da infringência de norma da Administração estabelecida em lei (em sentido geral, compreendendo também o regulamento, os cadernos de encargo etc) ou no próprio contrato [...]”. Disso verifica-se que a possibilidade de responsabilização administrativa ocorre sempre que o sujeito incorrer em infração administrativa (condutas contrárias a normas administrativas).

Carvalho Filho (2013, p. 150-151) aduz que uma vez configuradas as condutas ilícitas a reação da ordem jurídica se materializa por meio de sanções, cuja aplicação decorre da relação Administração-Administrado e tem como exemplos a multa em geral, apreensão de bens, interdição de estabelecimentos, entre outros. O referido autor ressalta dois aspectos que devem ser lembrados para a aplicação da sanção: a exigência de previsão legal e o fato de que o administrador deverá levar em conta vários fatores para a adequada aplicação da sanção, uma vez que é frequente a previsão de condutas ilícitas em um dispositivo e as

sanções em outro, de modo que todos os elementos que cercam a conduta, independente do diploma legal em que estejam, devem ser considerados (CARVALHO FILHO, 2013, p. 150-151).

Em matéria de agrotóxicos, haverá infração administrativa quando uma ação omissão importar na inobservância do disposto na Lei nº 7.802 de 1989, no Decreto nº 4.074 de 2002 ou na desobediência às determinações de caráter normativo dos órgãos ou das autoridades administrativas competentes (art. 82 do Decreto nº 4.074 de 2002).

Paulo Afonso Brum Vaz (2006, p. 187) diz que haverá infração administrativa quando houver conduta contrária a quaisquer normas administrativas previstas nas legislações pertinentes a agrotóxicos, ressaltando, além das já mencionadas, a Lei nº 9.294 de 1996, que trata da propaganda, e a Lei nº 9.605 de 1998² (regulamentada pelo Decreto nº 6.514 de 2008), lei geral em relação a questões ambientais, a qual deverá incidir quando a conduta infratora não se enquadrar em nenhuma das leis anteriores.

Especificamente no artigo 85 do Decreto nº 4.074 de 2002, constam como infrações administrativas:

- I - pesquisar, experimentar, produzir, prescrever, fracionar, embalar e rotular, armazenar, comercializar, transportar, fazer propaganda comercial, utilizar, manipular, importar, exportar, aplicar, prestar serviço, dar destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins em desacordo com o previsto na Lei nº 7.802, de 1989, e legislação pertinente;
- II - rotular os agrotóxicos, seus componentes e afins, sem prévia autorização do órgão registrante ou em desacordo com a autorização concedida; e
- III - omitir informações ou prestá-las de forma incorreta às autoridades registrantes e fiscalizadoras.

O próprio Decreto deixa claro que a responsabilização administrativa não impede apuração das responsabilidades cíveis e penais e determina que as sanções constituirão, de forma isolada ou não, e independente de existência de medida cautelar de interdição de estabelecimento, em apreensão dos materiais contaminados e aplicação das penalidades do art. 17 da Lei nº 7.802 de 1989 (art. 86 do Decreto nº 4.074).

Por sua vez, o referido art. 17 prevê penalidades de advertência, multa, condenação e inutilização de produto, suspensão de autorização, registro ou licença, cancelamento de autorização, registro ou licença, interdição temporária ou definitiva de estabelecimento;

² “Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente”.

destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos (em caso de resíduos acima do permitido ou sobre os quais houve aplicação de agrotóxico proibido), as quais serão aplicadas conforme determinações dos art. 86 a 92 do Decreto nº 4.074 de 2002, assim como artigos 14 e 15 da Lei nº 9.605 de 1998 (circunstâncias atenuantes e agravantes), de acordo com o disposto no art. 88³ do Decreto.

A aplicação da sanção pressupõe a lavratura de auto de infração, que obrigatoriamente deve conter a descrição do fato, a imputação do ilícito e a penalidade aplicável, com consequente instauração de processo administrativo (com aplicação subsidiária da Lei nº 9.784 de 1999 sobre processo administrativo federal), não podendo haver aplicação de multa, pelo mesmo fato, por órgão federal competente se a penalidade já foi atribuída por órgão do Estado ou Município (ANTUNES, 2013, p. 1099-1100).

A apuração de responsabilidade administrativa independe de demonstração de dolo ou culpa e aperfeiçoa-se pela simples prática de ato em desacordo com determinação normativa, ou seja, pela mera atuação prevista em lei como punível (VAZ, 2006, p. 187).

Paulo de Bessa Antunes (2013, 1097) diz que se trata de responsabilidade abrangente, pois todos que cometerem, incentivarem ou se beneficiarem da infração por ela responderão e qualquer causa sem a qual a infração não teria ocorrido é considerada ação ou omissão, admitindo-se, porém, as excludentes de responsabilização por força maior ou eventos naturais e circunstâncias imprevisíveis. Sobre a imprevisibilidade, o autor defende não poder ser aplicada a imprevisibilidade do homem comum do povo, já que os agrotóxicos são altamente regulamentados, com previsão de utilização com base em conhecimentos técnicos e científicos, o que faz surgir uma presunção de que o uso foi e é feito dentro dessa lógica (ANTUNES, 2013, p. 1097). É dizer, para excluir a responsabilização o fato deve ser cientificamente imprevisível ou de mínima possibilidade de ocorrência.

A observação do autor é interessante, pois se, de fato, a inserção de dado agrotóxico no país pressupõe um processo de registro, em que estudos científicos sobre os impactos do produto são levados em consideração para a concessão e incidem variadas normas para que tais substâncias sejam comercializadas e utilizadas, pressupõe-se que aqueles envolvidos no processo tenham em conta tudo isso em suas atividades.

³ ANTUNES (2013, p. 1099) defende a ilegalidade e inaplicabilidade do art. 88, eis que ele faz remissão a normas que vão além do disposto na Lei de Agrotóxicos.

4. RESPONSABILIDADE PENAL E LEI DE AGROTÓXICOS

Por outro lado, a responsabilidade penal, de acordo com Dias (2006, p. 9) ocorre quando há turbação social prevista e determinada por norma penal (obedece ao princípio da *nulla poena sine lege*), cuja ação repressora não tem como preocupação fundamental danos particulares (ainda que ocorram), mas o dano social. A sua configuração exige também análise da culpabilidade do agente ou da percepção da antissociabilidade da conduta. Nesses termos, Dias (2006, p. 10) conclui que “a imputabilidade, uma vez afirmada em forma de acusação concreta, é a imputação; declarada como efetiva e real, constitui a responsabilidade”.

Cleber Rogério Masson (2011, p. 46-47) destaca que a responsabilização penal é sempre por fato (o tipo penal deve prever fatos), não podendo ser fundamentada em questões pessoais, de modo que a aplicação da pena ocorre, após devido processo legal, com identificação de agente culpável, que foi condenado por fato típico e ilícito. O autor ensina que vigora o princípio da intranscendência pelo qual ninguém pode ser responsabilizado por fato cometido por terceiro e que a responsabilidade é sempre subjetiva, exigindo-se a presença de dolo ou culpa para que a conduta seja penalmente relevante (MASSON, 2011, p. 47).

Na mesma linha, Carlos Roberto Gonçalves (2010, p. 43) aduz que a responsabilidade penal é pessoal, intransferível e que o réu responde com privação de sua liberdade, sendo que, por isso, deve estar cercado por todas as garantias frente ao Estado, cabendo ao último arcar com ônus da prova. A tipicidade é requisito genérico e imprescindível para a responsabilização, exigindo-se perfeita adequação do fato ao tipo penal. Ele aduz também que na esfera penal não é qualquer culpa que é capaz de ensejar condenação do réu e sim apenas a com determinado grau ou intensidade (GONÇALVES, 2010, p. 43).

Em relação à responsabilidade penal prevista na legislação de agrotóxicos, destaca-se que os artigos 15 e 16 da Lei nº 7.802 de 1989 estabelecem que são condutas criminosas produzir, comercializar, transportar, aplicar, prestar serviço, dar destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, em descumprimento às exigências estabelecidas na legislação pertinente, bem como o fato de empregador, profissional responsável ou prestador de serviço deixar de promover as medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente.

Da leitura dos artigos, verifica-se que as condutas são concomitantemente prejudiciais à saúde e meio ambiente, sendo, portanto, pluriofensivas (VAZ, 2006, p. 157), de modo que tais dispositivos representam mais um exemplo notório de que a Lei de Agrotóxicos trata de maneira conjunta a reprimenda de condutas lesivas a esses dois aspectos.

Quanto ao resultado naturalístico dos crimes previstos, Marcus Paulo Pozzobon (2011) ressalta que não há exigência do resultado danoso para a configuração dos crimes em questão, de forma que, tal como na responsabilidade administrativa, a consumação da conduta criminosa ocorre com o simples desrespeito aos preceitos legais, desvinculada da ocorrência efetiva de resultados/danos⁴ decorrentes da ação proibida pela norma:

Significa, portanto, dizer que a simples ação de destinar inadequadamente embalagens de agrotóxicos, ou mesmo utilizar o defensivo em quantidade diferente daquela estipulada pelo fabricante, independente de resultar em danos à pessoa ou ao meio ambiente, constitui uma conduta criminosa; em Direito (Penal), esse tipo de crime denomina-se crime formal ou crime de mera conduta, pois desimporta o resultado verificado exteriormente; a mera desobediência à norma configura o crime. (POZZOBON, 2011)

Interessante notar que apesar de o crime aperfeiçoar-se pela conduta do agente contrária à disposição normativa, a responsabilidade penal, diferentemente da administrativa, exige que o agente tenha agido de forma ao menos culposa para sua configuração, conforme visto anteriormente e de acordo com o que se infere do art. 18 do Código Penal.

Neste diapasão, Paulo Afonso Brum Vaz (2006, p. 159) critica a alteração da redação original do art. 15⁵ da Lei nº 7.802 de 1989, pela Lei nº 9.974 de 2000, que a despeito de ter ampliado o núcleo do delito ao tipificar a conduta de quem dá destinação contrária à lei

⁴ Nesse ponto, interessante trazer observação de José de Aguiar Dias (2006, p. 970), o qual esclarece que a responsabilidade civil tem como traço diferenciador da penal (e, no caso, também pode ser citada a administrativa) o fato de que a segunda se configura independentemente do resultado. Ele aponta que, na verdade, não há exigência de dano para a responsabilidade penal se se leva em consideração o conceito de dano para o direito civil (resultado da lesão ou injúria sobre patrimônio moral ou material), mas que há sim alguma espécie de dano correspondente àquilo que atinge a ordem social.

⁵ Redação original: Art. 15. Aquele que produzir, comercializar, transportar, aplicar ou prestar serviços na aplicação de agrotóxicos, seus componentes e afins, descumprindo as exigências estabelecidas nas leis e nos seus regulamentos, ficará sujeito à pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, além da multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) MVR. Em caso de culpa, será punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, além da multa de 50 (cinquenta) a 500 (quinhentos) MVR. Atual redação: Art. 15. Aquele que produzir, comercializar, transportar, aplicar, prestar serviço, der destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, em descumprimento às exigências estabelecidas na legislação pertinente estará sujeito à pena de reclusão, de dois a quatro anos, além de multa.

a resíduos e embalagens de agrotóxicos, excluiu a forma culposa, uma vez que não trouxe punição em caso de culpa, exigida para que haja responsabilização penal, de forma que representou grave retrocesso na tutela penal da saúde ambiental.

Sobre o art. 15 da Lei de Agrotóxicos, o autor (VAZ, 2006, p. 158) também traz a polêmica em relação à sua revogação ou não quando da entrada em vigor da Lei nº 9.605 de 1998, eis que a última reproduziu, no art. 56⁶, condutas bastante semelhantes às aquelas descritas no art. 15 da Lei de Agrotóxicos, pontuando, porém, que a polêmica foi superada com o advento da Lei nº 9.974 de 2000, restando pacificado o reconhecimento da vigência do art. 15.

Vaz (2006, p. 162) ensina que, nesse contexto, em razão do princípio da especialidade, quando houver coincidência entre os núcleos penais do art. 15 da Lei de Agrotóxicos e do art. 56 da Lei nº 9.605 de 1998 prevalecerá a primeira (dos seis núcleos contidos no art. 15, quatro estão contemplados no art. 56). O problema está no fato, segundo ele, de que o art. 56 é mais abrangente que o art. 15, prevendo condutas que não estão na Lei de Agrotóxicos, o que pode gerar dúvidas na interpretação e na aplicação ou não do dispositivo em matéria de agrotóxicos.

Ele defende que o princípio da especialidade não pode impedir a aplicação da Lei nº 9.605 de 1998, de modo que o agente que manipula agrotóxicos pode cometer os demais delitos previstos nesta Lei⁷. Veja-se:

Não se pode perder de vista que, em matéria ambiental, a Lei dos Agrotóxicos sobrevive apenas como norma especial, punindo a conduta de quem produza, comercialize, transporte, aplique, preste serviço ou dê destinação a resíduos ou embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, descumprindo as exigências das leis e de seus respectivos regulamentos. Qualquer conduta que exceda os limites expressamente fixados pelo legislador pode se converter imediatamente em crime tipificado na Lei nº 9.605/98. Poderá parecer demasiadamente óbvia essa constatação. Acontece que as normas jurídicas se prestam às mais variadas interpretações. Não seria impossível que uma pessoa acusada por estar lavando tanques de aviões à beira de um rio viesse alegar em

⁶ Art. 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos.

⁷ Em sentido aparentemente contrário, Marcus Paulo Pozzobon (2011): “Oportuno ainda registrar que a Lei de Crimes Ambientais (9.605/98) criminaliza condutas semelhantes às até aqui tratadas, porém com abrangência mais genérica, pois fala em ‘Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito, usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente’, sem, contudo, especificar quais os tipos de produtos que estão abrangidos pela norma, levando à conclusão de que, em se tratando de agrotóxicos, aplicar-se-á ao caso concreto as sanções previstas na norma específica (Lei de Agrotóxicos), pelo princípio da especialidade.”.

juízo, por exemplo, que sua atividade (de manipulação de agrotóxicos) não encontrava óbice na lei específica dos agrotóxicos. (VAZ, 2006, p. 162).

Por fim, no que tange à efetividade da apuração de crime ambiental por agrotóxicos e consequente responsabilização judicial penal, cita-se trecho de artigo de Vladimir Passos de Freitas (2013):

A Polícia Civil, exceto em Delegacias especializadas, tem dificuldades em investigar este tipo de delito. Se não há investigação, não há precedentes. É rara a jurisprudência, sendo que boa parte diz respeito à importação irregular de agrotóxicos (v.g., TRF-4, HC 5005492-79.2013.404.0000, julgado em 21 de março de 2013). Em caso de capina química em lavoura, crime do artigo 15 da Lei 7.802/89, os réus foram absolvidos no TJ-RS por falta de perícia (ACr 70.030.511.372, j. 11 de março de 2010).

A falta de precedentes também é observada por meio de pesquisa empreendida na dissertação de Dolina Sol Pedroso de Toledo (2012, p. 114), na qual foi constatado que dos 27 acórdãos do Supremo Tribunal Federal em matéria de agrotóxicos, apenas um era relativo à matéria penal e dos 52 encontrados no Superior Tribunal de Justiça somente 10 diziam respeito a assuntos penais, o que demonstra a necessidade de maior atuação nesse campo.

5. RESPONSABILIDADE CIVIL E LEI DE AGROTÓXICOS

No que tange à responsabilidade civil, Caio Mário da Silva Pereira (1997, p. 7-8) elucida que não há acordo doutrinário acerca da conceitualização, sendo que alguns constroem raciocínio impreciso ao limitar-se a dizer que corresponderia a “responder”, outros fornecem como conceitos as causas do dever de reparação e há os que nem conceituam, sendo que tais problemas são observados inclusive na doutrina estrangeira, marcada por definições que na verdade refletem o embate entre os defensores da teoria da culpa e do risco.

Segundo o referido autor (SILVA PEREIRA, 1997, p. 11) não importa qual seja o fundamento, se com culpa ou independente desta, a responsabilidade civil surge quando houver subordinação de um sujeito passivo à determinação de um dever de ressarcimento, sendo mencionado por ele que “A responsabilidade civil consiste na efetivação da reparabilidade abstrata do dano em relação a um sujeito passivo da relação jurídica que se forma”.

Sérgio Cavalieri Filho (2007, p. 02) diz que “responsabilidade civil é um dever jurídico sucessivo que surge para recompor dano decorrente da violação de dever jurídico originário”. Isso porque, segundo ele, a violação de dever jurídico configura o ilícito, o qual, quase sempre, gera danos a outras pessoas, o que faz surgir um novo dever jurídico, que é o dever de reparar o dano. Desse modo, a responsabilidade civil apenas surge quando houver violação de dever jurídico e dano, sendo responsável aquele que deve reparar o dano causado pela violação do dever jurídico. Ele complementa que a responsabilidade nasce do mais elementar sentimento de justiça no qual se espera que o agente causador do dano seja obrigado a repará-lo (CAVALIERI FILHO, 2007, p. 13).

Segundo Dias (2006, p. 55), o fundamento da responsabilidade ou sua causa geradora é, pois, “o interesse em restabelecer o equilíbrio econômico-jurídico alterado pelo dano”.

As noções trazidas acima servem para dar uma ideia geral acerca da responsabilidade civil, mas não podem ser vistas como inquestionáveis ou ideais. Na realidade, a dificuldade de conceitualização e, conseqüentemente, de caracterização de seus elementos e espécies está intimamente ligada com o fato de que se trata de instituto em constante transformação.

Dias (2006, p. 25) ensina que não existe teoria unitária e permanente sobre a responsabilidade civil justamente devido à dinamicidade imanente desse instituto jurídico, que tem que se adaptar e se transformar à medida que novas épocas, novos danos, novas condições sociais surgem, exigindo constante flexibilização de pressupostos para que possa, de fato, restabelecer o equilíbrio gerado pelo dano⁸.

No mesmo sentido, Alvino Lima, ainda em 1938 (p. 7-8), já justificava a vivacidade e complexidade da responsabilidade civil com base em duas causas: uma material, que corresponderia justamente aos novos inventos provocadores de situações jurídicas novas e, conseqüentemente, de motivos para colisões de direitos, e outras de ordem econômica, social, política, moral, materializadas em ataques a concepções tradicionais.

Dito isso, Luís Carlos de Assis Júnior (2010, p.19) ressalta que a definição clássica de responsabilidade civil, caracterizada pelo elo entre a pessoa e a imputação civil, que exige a reparação de bens por meio do restabelecimento de situação anterior, tinha como pressuposto o fato de que somente bens econômicos deveriam ser tutelados e de que apenas

⁸ Sobre a evolução histórica da responsabilidade civil confira: DIAS, 2006, p. 25-53; SILVA PEREIRA, 1997, p. 02-11; LIMA, A., 1938, p. 9-24.

condutas literalmente contrárias a leis poderiam gerar responsabilidade, sendo consagrados como elementos ensejadores de responsabilidade civil o ato ilícito, a culpa, o nexo de causalidade e o dano.

De acordo com Baracho Júnior (1999, p. 293), até o início do século XX a perspectiva de análise da responsabilidade civil era o direito privado, com proteção voltada para a autonomia privada e dentro do plano das relações interindividuais. A responsabilidade civil servia para dar limites a essa autonomia e tais limites eram manifestados na norma jurídica.

Além disso, pontua Carlos Roberto Gonçalves (2010, p. 30) que durante séculos a preocupação maior da responsabilidade civil estava voltada para o agente provocador do dano, sendo a finalidade da responsabilização a aplicação de sanção com o fim de castigar esse agente. Esse modo de pensar respaldou a ideia de imprescindibilidade de culpa para caracterização da responsabilidade, que inspirou diversos ordenamentos jurídicos ocidentais.

Diante das mudanças experimentadas pela sociedade moderna, mais exigente de respostas rápidas e eficientes, assim como que se enquadrem ao senso de justiça e segurança vigentes, tal perspectiva mostrou-se ultrapassada, sendo substituída pelo enfoque de que a responsabilidade destina-se a ressarcir⁹ a vítima de dano injusto de modo que todo dano deve ser indenizado, em princípio (GONÇALVES, 2010, p. 30).

De acordo com Washington de Barros Monteiro (2013, p. 578), os novos inventos, o surgimento de novos perigos e acidentes, a impossibilidade de estabelecer o nexo causal de danos e a culpa do causador fizeram surgir a teoria do risco ou responsabilidade objetiva, transbordando os limites da culpa como fundamento único de responsabilização.

Com efeito, a doutrina nacional e internacional majoritária já explicam a responsabilidade civil com foco na reparação de danos, ou seja, por meio do resultado ou consequência, visando o restabelecimento da ordem ou equilíbrio, tanto pessoal como social, para o fim de cumprir a própria finalidade do direito, que é permitir a vida em sociedade (MONTEIRO, 2013, p. 578).

Nessa linha:

⁹ No mesmo sentido e após análise do histórico do desenvolvimento da responsabilidade civil, Dias (2006, p. 50), para quem: *“Parece não haver mais dúvidas no sentido de que em tema de responsabilidade civil a tendência que se vai confirmando nos mostra que mais do que apontar o responsável pelo dano optaram legisladores e aplicadores do direito em dizer como ele será reparado”*.

A reparação dos danos tornou-se uma questão prioritária de justiça, paz, ordem e segurança, e, portanto, para o direito. O fundamento da responsabilidade civil deixou de ser buscado somente na culpa, podendo ser encontrado também no próprio fato da coisa e no exercício de atividades perigosas, que multiplicam o risco de danos. Fala-se, assim, em responsabilidade decorrente do risco proveito, do risco criado, do risco profissional, do risco da empresa e de se recorrer à mão de obra alheia etc. Quem cria os riscos deve responder pelos eventuais danos aos usuários ou consumidores. (GONÇALVES, 2010, p. 30).

Luís Carlos de Assis Júnior (2010, p. 21) destaca que a responsabilidade civil está intimamente ligada ao desenvolvimento das relações sociais, de forma que quanto mais se tornem complexas, mais complexa é também a forma de equilibrar tais relações. Ele relembra como marco “complexizador” a Revolução Industrial, que alterou profundamente os modos de vida das civilizações e relaciona tal fato com a profunda alteração das bases da responsabilidade civil ocorrida no século XX. De acordo com ele, “Os conceitos de culpa, dano, nexo de causalidade e ato ilícito, pressupostos de responsabilidade, passaram a ser repensados. Passou-se a adotar a teoria do risco, a indenizar o dano moral e, dentre outros, a flexibilizar a rigidez da prova de causalidade.”.

Diante disso, concorda-se com Monteiro (2013, p. 579) sobre a ideia de que não existe e nem pode existir teoria imutável de responsabilidade civil, eis que é instituto dinâmico por natureza, que evolui de acordo com a civilização, sendo imprescindível que lhe garanta flexibilidade para que possa ser aplicado em qualquer época, com vistas a consecução de sua finalidade de restabelecer equilíbrio gerado pelo dano.

A temática da responsabilidade civil nos casos de danos decorrentes do uso de agrotóxicos enquadra-se nesse contexto e nessa ótica de necessidade de flexibilização dos pressupostos da responsabilidade civil diante de novas tecnologias, uma vez que surge nesse cenário da sociedade de riscos.

De fato, o uso de agrotóxicos no Brasil insere-se no contexto do processo de industrialização brasileira, baseado no modelo fordista keynesiano, inicialmente incorporado no espaço urbano, mas a partir da segunda metade do século XX estendido ao campo com o fim de modernizar esse espaço e construir um complexo agroindustrial e que teve como elementos a inserção de máquinas, insumos agrícolas e agrotóxicos (LINHARES; SILVA, 1999, p. 147).

Tais elementos não só transformaram as relações econômicas, sociais e ambientais, como também, como se pode perceber agora, contribuíram para modificar a forma de enxergar os danos deles advindos ou com eles relacionados.

Assim, é nessa perspectiva que a responsabilidade civil envolvendo agrotóxicos deve ser entendida. Para isso, defende-se que a previsão da responsabilidade civil na Lei de Agrotóxicos não é taxativa, de modo que se entende que a lei enumera apenas algumas hipóteses de responsabilidade, o que não limita o estudo apenas a seus incisos.

De fato, doutrina dedicada à temática argumenta que condutas não escritas no artigo 14 podem ensejar responsabilidade civil, reiterando a inexistência de rol taxativo e esclarecendo a não sobreposição do dispositivo às previsões da Constituição Federal e da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938 de 1981) no que tange ao dano ambiental e às normas do Código de Defesa do Consumidor para os casos de relação de consumo (VAZ, 2006, p. 131).

Nesse diapasão, transcreve-se interessante trecho de Paulo Affonso Leme Machado (2010, p. 673-674):

Teria a lei isentado de responsabilidade o usuário que seguisse a receita e, mesmo assim, danos fossem constatados com referência à saúde e ao meio ambiente? A responsabilidade seria somente do profissional que emitiu a receita? Seria a receita a única norma obrigatória para o usuário, liberando-o completamente de outros cuidados não previstos naquela prescrição? Entendemos que, inobstante deva apurar-se a responsabilidade do emissor da receita, nem por isso fica – de plano – afastada a corresponsabilidade do usuário. Ninguém na coletividade brasileira pode sustentar que não é corresponsável pelo meio ambiente diante da redação do art. 225, caput, da CF, máxime o usuário de agrotóxicos.

Uma interpretação não atenta para as finalidades protetoras dos valores da produção agrícola e florestal, mas também da saúde humana e do meio ambiente, poderia levar o intérprete a considerar o registro e a receita como únicos e supremos árbitros da utilização do agrotóxico no País. Se esquecermos os avanços da introdução da responsabilidade civil objetiva pelos danos causados ao meio ambiente (art. 14, par. 1º, da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938, de 31/08/1981), teremos alimentos consumidos no País contaminados por agrotóxicos, com as vítimas e a coletividade sujeitas à difícil e ingrata tarefa de ter que provar que o usuário de agrotóxicos descumpriu uma receita. Evidente que este ônus da prova não pode cair sobre as vítimas dos alimentos provindos da cultura do usuário, pois seria quase impossível aos consumidores apontar o cumprimento de situações de fato como a observância dos intervalos de segurança entre a aplicação do agrotóxico e a colheita dos produtos agrícolas.

Da leitura do trecho, observa-se o entendimento de Paulo Affonso Leme Machado no sentido de ser necessária uma interpretação sistemática do ordenamento jurídico em matéria de responsabilidade civil e agrotóxicos, que exige que os dispositivos da Lei de Agrotóxicos sejam conjugados com as normas protetoras do meio ambiente, eis que os danos advindos do uso envolvem saúde e meio ambiente. Por consequência, observa-se que ele defende a incidência da responsabilidade objetiva, de acordo com o que autoriza a Lei

nº6.938 de 1981, sobretudo diante das dificuldades que perpassam a prova dos danos envolvendo essas substâncias e diante da necessidade de reparação das vítimas pela violação de direitos protegidos constitucionalmente.

A responsabilidade objetiva também é adotada como premissa para a responsabilidade civil envolvendo o uso de agrotóxicos por Paulo Afonso Brum Vaz (2006, p. 130-132), tendo em vista ser inequívoca a potencialidade lesiva à saúde e ao ambiente das atividades que envolvem o manuseio desses compostos. Ele ressalta a importância de tal teoria no sentido de fazer militar em favor da coletividade e dos lesados a presunção da nocividade de qualquer atividade relacionada a esses produtos (VAZ, 2006, p. 132).

De fato, a aplicação da teoria objetiva é uma forma de flexibilizar os requisitos e pressupostos da responsabilidade civil tradicional e possibilitar uma facilidade na reparação em juízo das vítimas de agrotóxicos. Essa teoria está fundada no risco da atividade, o qual é completamente identificável no caso de atividades relacionadas a esses compostos, sendo reconhecido o dever de responsabilizar independente da apuração de culpa e do descumprimento de obrigações legais por parte do causador dos danos.

Por outro lado, necessário pontuar alguns questionamentos processuais concernentes à responsabilidade civil objetiva de acordo com o regime jurídico ambiental.

Em se tratando de responsabilização por dano individual à saúde, ressalta-se que a reparação não poderá ser feita exatamente como nos danos coletivos ambientais. Luís Carlos de Assis Júnior (2010, p. 124-125) demonstra essa preocupação ao dizer que:

Se toda reparação por danos classificados como ambientais, inclusive nos casos em que a pessoa reste direta ou unicamente atingida, for destinada a um fundo, a pessoa lesada não estará sendo devidamente tutelada, especialmente nos casos de contaminação por substâncias tóxicas, que afetam – ainda que potencialmente – a saúde do ser humano. Em razão disso, mostra-se pertinente o tratamento dos danos à pessoa como danos autônomos, inclusive, com meios próprios de reparação (ver 6.2), em virtude da primazia da tutela específica. Não há dúvidas de que um meio ambiente ecologicamente desequilibrado também afeta a qualidade de vida, mas, o fato de se partir para uma noção transindividual de proteção consubstanciada na qualidade de vida não pode suprimir a proteção individual, especialmente no que tange à saúde.

As ações civis públicas em matéria ambiental perseguem duas finalidades, em regra, a recuperação do meio ambiente degradado (por meio de medidas diretas e indiretas) e a indenização decorrente do dano causado, sendo que esta última é destinada a fundos para utilização na restauração do meio ambiente degradado (FREITAS, 2005, p. 800-801). No

caso de danos coletivos decorrentes do uso de agrotóxicos, fundos poderiam ser criados também para o incentivo de tecnologias sociais alternativas aos agrotóxicos e financiamento de campanhas públicas alertando para os efeitos nocivos e para a correta utilização.

Em contrapartida, considerando que a vítima da intoxicação por agrotóxicos pode pleitear indenização pelos prejuízos sofridos, independentemente da existência de dano ambiental coletivo e da prévia propositura de ação civil pública, não se cogitará da existência de fundos como mecanismo de reparação nesses casos. A reparação nas ações individuais deve tutelar os direitos lesionados da vítima, ou seja, a indenização deve considerar a reparação da lesão à saúde individualmente sofrida, tanto de repercussão patrimonial como extrapatrimonial.

De fato, os danos à saúde provenientes do uso de agrotóxicos podem ser patrimoniais ou extrapatrimoniais, conforme os reflexos gerados¹⁰. Por exemplo, em caso de morte, os familiares poderão requerer em juízo a condenação em danos emergentes (despesas hospitalares) e lucros cessantes (alimentos aos dependentes), os quais materializam repercussão patrimonial do dano, e também compensação pelo dano moral sofrido em razão da perda de ente querido, que configura repercussão extrapatrimonial (FARIAS; ROSENVALD; BRAGA NETTO, 2014, p. 285).

No que tange à essa repercussão extrapatrimonial, cogita-se a aplicação da Teoria do Valor do Desestímulo, baseada na doutrina do “*punitive damages*” americana. Conforme análise de Mayana Barros Jorge João (2013) em artigo publicado no site Migalhas, a doutrina brasileira encontra-se dividida, sendo majoritária a corrente no sentido de que as indenizações por danos morais devem ter caráter precipuamente compensatório, mas o Superior Tribunal de Justiça já se posicionou como adepto de tal Teoria, com a ressalva, entretanto, de que não podem gerar enriquecimento ilícito, de modo que a adoção da Teoria não foi capaz de incrementar de forma considerável as indenizações por danos morais no cenário brasileiro.

No caso dos agrotóxicos, a aplicação dessa Teoria do Valor do Desestímulo, considerando os graves danos que podem ser gerados por meio da intoxicação por esses compostos, é mais um elemento que contribuiria para a integral responsabilidade por danos

¹⁰ Não é objetivo do presente trabalho discutir sobre a reparação quando o dano é potencial ou futuro. Sobre o tema, é interessante a leitura integral da dissertação de Luís Carlos de Assis Júnior (2010) e em especial do tópico 6.2 (“O dano potencial decorrente da contaminação e as medidas de reparação”).

nesse contexto e que poderia colaborar, a partir do próprio Direito, para que os danos fossem evitados.

Outro ponto levantado por Luís Carlos de Assis Júnior (2010, p. 221) diz respeito à aplicação do entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça quanto à imprescritibilidade do dano ambiental aos casos de reparação por danos à saúde por intoxicação da pessoa.

Paulo Afonso Brum Vaz (2006, p. 121), comentando sobre dano ambiental e prescrição, diz que, no caso de dano privado (patrimônio privado ou saúde das pessoas) a prescrição do direito de ação opera-se nos termos da lei civil, com aplicação do art. 206, §3º, inciso V, que prevê o prazo prescricional de três anos para a reparação civil, inadmitindo, portanto, a aplicação da imprescritibilidade nesses casos.

Ocorre que se entende que melhor posição apresenta Luís Carlos de Assis Júnior (2010, p. 222), que elucida que além de o direito à saúde ser fundamental e indisponível, tal como o direito meio ambiente equilibrado, o dano à saúde que tem como fato gerador a exposição a agentes tóxicos possui continuidade inegável, eis que pode ir se agravando até a morte da pessoa. Desse modo, não basta, para que haja reparação integral, somente a contagem do prazo prescricional do código civil a partir da ciência inequívoca, pois há uma impossibilidade em saber exatamente quando a extensão dos danos chegou ao final, de modo que conclui pela imprescritibilidade dos danos à saúde por ser meio mais adequado à preservação e tutela da vida da pessoa (ASSIS JÚNIOR, 2010, p. 224-225).

Por fim, a aplicação prática da responsabilidade civil no caso de danos individuais tal como delineada, nos tribunais brasileiros, ainda é bastante incipiente.

Como manifestação relevante cita-se o do trabalhador VMS que faleceu em decorrência de intoxicação hepática crônica decorrente do contato com agrotóxicos em ambiente de trabalho. O caso foi judicializado por meio da Reclamação Trabalhista de protocolo número 0129000-52.2009.5.07.0023 proposta por sua viúva na Justiça do Trabalho de Limoeiro do Norte, no Ceará, em 2009 (BRASIL. Vara Única do Trabalho de Limoeiro do Norte, 2013; SILVA, 2014) e, com base em estudos da equipe médica do Departamento de Saúde Comunitária da Universidade do Ceará, concluiu-se pelo nexo causal entre a morte e o contato com substâncias tóxicas presentes nos agrotóxicos produzidos pela empresa Reclamada. A sentença condenou a Reclamada a pagar pensão mensal no valor equivalente a 2/3 do que o obreiro falecido receberia a título de salário-

mínimo até a data presumida de expectativa de vida (72 anos) e danos morais no montante de cem mil reais.

Já como julgado de destaque no âmbito internacional, com condenação da empresa fabricante, tem-se o acórdão proferido pela Justiça Francesa (R.G: 12/02717 da Corte de Apelação de Lyon) (FRANCE, 2015) em setembro de 2015, que diz respeito a demanda judicial proposta por agricultor francês, Paul François, em face da Sociedade Monsanto, pelas consequências sofridas após acidente com agrotóxico produzido pela empresa. Após a instrução do feito, com realização de perícias neurológicas e toxicológicas, em 13/02/2012, o Tribunal de Grande Instância de Lyon decidiu pela responsabilidade da sociedade Monsanto pelos danos decorrentes da inalação do produto LASSO/LASSO-EC por Paul François, condenando-a indenizar todos os prejuízos suportados por ele, decisão esta que foi confirmada pela Corte de Apelação de Lyon em 2015.

Em decisão recente (outubro de 2018), a justiça americana confirmou a condenação da mesma fabricante (Monsanto, da Bayer) em indenização no montante de 39 milhões de dólares para compensar os prejuízos financeiros e à saúde de Dewayne "Lee" Johnson, de 46 anos, e 250 milhões como multa para caso em que herbicida à base de glifosato da empresa foi identificado como a causa de câncer terminal de Johnson, que trabalhava como jardineiro em área de São Francisco (BELLON, 2018; WELLE, 2018).

Nesse último caso, verifica-se a aplicação dos mencionados “*punitive damages*”, haja vista que a condenação abrangeu não apenas a indenização pelos prejuízos sofridos pelo Sr. Johnson como também considerável valor correspondente à multa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho trouxe de maneira geral as disposições normativas e doutrinárias de como pode ser apurada a tríplice responsabilização, administrativa, penal e civil, dos agentes causadores de danos à saúde e meio ambiente que envolvam o uso de agrotóxicos.

O estudo não pretendeu esgotar as situações fáticas de possíveis danos causados por agrotóxicos, tendo em vista que a cadeia de circulação de agrotóxicos abrange diferentes atividades e diferentes sujeitos, o que dá margem para incontáveis responsabilidades.

Apenas intentou-se diferenciar e explicar brevemente essa tríplice responsabilização de forma básica, sem adentrar nas inúmeras dificuldades que podem permear cada uma

dessas hipóteses, mas com o objetivo de deixar claro que a legislação atual permite a responsabilização do agente que causa danos pelo manuseio de agrotóxicos.

Tal previsão, ainda que não seja capaz de impedir que o dano aconteça, uma vez que a diminuição do uso e também das consequências danosas envolvem uma série de medidas por parte de todos os envolvidos na cadeia de circulação, do Estado e até das principais vítimas, tem a capacidade de inserir o Poder Judiciário, além de a Administração Pública, nesse debate e contribuir para que danos invisíveis sejam trazidos à visibilidade, com possibilidade de condenação daqueles que estão acostumados com a irresponsabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 15. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ASSIS JÚNIOR, Luiz Carlos de. Responsabilidade civil decorrente da contaminação da pessoa por agentes tóxicos na sociedade do risco: reparando pelo risco atual de patologia futura. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2010, 274p. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9319/1/LUIZ%20CARLOS%20DE%20ASSIS%20J%20c%20a%20NIOR%20-%20Disserta%20c%20a%20a%20o.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2016.

BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. Responsabilidade civil por ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

BELLON, Tina. Justiça dos EUA confirma condenação à Monsanto sobre herbicida à base de glifosato. *Reuters*, 23 out. 2018. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/france-pesticides-monsanto/idUSL2E8DDE4U20120213>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Senado Federal. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 17 jun. 2016.

_____. Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 7.802/89 (lei federal dos agrotóxicos). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=515>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm>. Acesso em: 28 set. 2016.

_____. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. Lei nº 7.802, de 12 de julho de 1989 (lei federal dos agrotóxicos). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jul. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7802.htm>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em: 27 set. 2016.

_____. Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996. Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9294.htm>. Acesso em: 21 jun. 2016.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm#art15>. Acesso em: 27 set. 2016.

_____. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 fev. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9784.htm>. Acesso em: 27 set. 2016.

_____. Lei nº 9.974, de 06 de junho de 2000. Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jun. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9974.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. Vara Única do Trabalho de Limoeiro do Norte. Reclamação Trabalhista nº 0129000-52.2009.5.07.0023. Reclamante: Maria Gerlene Silva dos Santos. Reclamada: Del Monte Fresh Produtos do Brasil Ltda. Juíza Kelly Cristina Diniz Porto. Limoeiro do Norte, 24 de julho de 2013. Disponível em: <<https://portaldeservicos.trt7.jus.br/portalservicos/>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

CARSON, Rachel. Primavera Silenciosa. Tradução de Raul de Polillo. 2. Ed. São Paulo: Portico, 1962.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 26. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de responsabilidade civil. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CHAMONE, Marcelo Azevedo. Os diversos tipos de responsabilidade jurídica. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1900, 13 set. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11725>>. Acesso em: 3 out. 2016.

CRETELLA JR., José. O Estado e a obrigação de indenizar. São Paulo: Saraiva, 1980.

DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. 11. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Curso de Direito Civil: teoria geral da responsabilidade civil. Salvador: Juspodivm, 2014.

FRANCE. COUR D'APPEL DE LYON. 6ème Chambre. Arrêt du 10 septembre 2015. R.G: 12/02717. Apelante: SAS Monsanto Agriculture France. Intimados: Sr. Paul François, Association Des Assureurs AAEXA, Caisse Mutualite Agricole Caisse Centrale. Relator: Claude Vieillard, p. 11-12 Disponível em: <http://www.lafranceagricole.fr/r/Publie/FA/p1/Infographies/Web/2015-09-11/109334_1.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

FREITAS, Vladimir de Passos. O dano ambiental coletivo e a lesão individual. In: KISHI, Sandra Akemi Shimada; SILVA, Solange Teles da; SOARES, Inês Virgínia Prado (Org.).

Desafios do direito ambiental no século XXI: estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. Agrotóxicos, saúde, meio ambiente e justiça. Revista Consultor Jurídico, 14 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-abr-14/segunda-leitura-agrotoxicos-saude-meio-ambiente-justica>>. Acesso em: 18 set. 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: responsabilidade. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

JOÃO, Mayana Barros Jorge. Punitive damages ou teoria do valor do desestímulo – análise crítica da sua aplicação no direito brasileiro. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 115, ago 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13550>. Acesso em: 19 nov. 2018.

LIMA, Alvino. Da culpa ao risco. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/DominioPublico/43165/pdf/43165.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2016.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 18. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MASSON, Cleber Rogério. Direito penal esquematizado: parte geral. 4. Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 29. Ed. São Paulo: Malheiros Editora Ltda., 2004.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. 38. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

POZZOBON, Marcus Paulo. Os agrotóxicos e a responsabilidade jurídica. Agrolink, 2011. Disponível em: <http://agrolink.com.br/colunistas/os-agrotoxicos-e-a-responsabilidade-juridica_4155.html>. Acesso em: 27 set. 2016.

SILVA PEREIRA, Caio Mário da. Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

STOCO, Rui. Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência. 4. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

TOLEDO, Dolina Sol Pedroso de. Limites ao poder econômico e agricultura: a regulação e a regulamentação do mercado de agrotóxicos no Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012, 155f. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/PUBLIC/UP_MACKENZIE/servicos_educacionais/stricto_sensu/Direito_Politico_Economico/Dolina_Sol_Pedroso_de_Toledo.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

VAZ, Paulo Afonso Brum. O Direito Ambiental e os agrotóxicos: responsabilidade civil, penal e administrativa. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

WELLE, Deutsche. Justiça dos EUA confirma condenação à Monsanto por glifosato. Carta Capital, 23 out. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/saude/justica-dos-eua-confirma-condenacao-a-monsanto-por-glifosato>>. Acesso em: 19 nov. 2019.